



Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia
O Presidente

15.9.2023

Ex.^{mo} Sr. Johan Van Overtveldt
Presidente
Comissão dos Orçamentos
BRUXELAS

Assunto: Parecer sob a forma de carta sobre o orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2024 – todas as secções (2023/0264(BUD))

Ex.^{mo} Senhor Presidente,

No âmbito do processo em epígrafe, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia foi incumbida de submeter um parecer à apreciação da comissão a que V. Ex.^a preside. Na sua reunião de 27 de outubro de 2022, a Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia decidiu proceder ao envio do presente parecer sob a forma de carta. A comissão examinou o assunto na sua reunião de 23 de maio de 2023 e aprovou o parecer na reunião de 19 de setembro de 2023.

A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Recorda que o orçamento da União para 2024 deve ser consonante com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, com o Plano Industrial do Pacto Ecológico para a Era do Impacto Zero, com as metas de neutralidade climática da UE e com o Acordo de Paris; entende que o orçamento da UE deve prever financiamento suficiente para o crescimento sustentável e contribuir para a prestação de apoio adequado aos cidadãos e às empresas mais duramente afetados por múltiplas crises e pelas suas consequências sociais e económicas, bem como continuar a dirimir as consequências da guerra de agressão da Rússia mediante o apoio direto à Ucrânia e o reforço da autonomia estratégica aberta, da independência energética, da transição digital, da cibersegurança e das capacidades de defesa da União.
2. Insiste na necessidade de aumentar os investimentos orientados para a indústria da UE. Enfatiza que 2024 tem de ser o ano em que a Europa começa a investir na sua competitividade industrial, reconhecendo a importância do investimento nas empresas para a

promoção do crescimento sustentável e do emprego de qualidade.

3. Recorda os impactos negativos do aumento da inflação no orçamento da UE, especialmente derivados do aumento dos montantes de pagamento do IRUE, e a consequente inadequação dos montantes remanescentes no Instrumento de Margem Único para fazer face a despesas imprevistas, nomeadamente para financiar eventuais novas respostas da UE à evolução da guerra em curso contra a Ucrânia, bem como novas ações destinadas a reduzir a dependência da UE nos setores energético, digital e industrial; insiste que os pagamentos de juros do IRUE não podem pôr em causa a disponibilidade de financiamento adequado para outros programas da UE; frisa que, para garantir à Europa um futuro próspero, competitivo e sem emissões líquidas, o orçamento da União tem de dar prioridade aos investimentos na investigação, na inovação e na indústria que contribuam para a descarbonização e aumentem a resiliência e a competitividade de todas as indústrias europeias.

4. Está firmemente convicto de que os programas da União em curso devem dispor de um orçamento reforçado para assegurar que os objetivos acordados em 2020, bem como os novos objetivos acrescentados ulteriormente, em particular no domínio da defesa e da política industrial, possam ser alcançados, apesar da elevada inflação. Realça que, no mínimo, cumpre utilizar todos os fundos disponíveis para os programas, nomeadamente todas as anulações de autorizações disponíveis nos termos do artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento Financeiro.

5. Insiste na adoção oportuna da revisão do QFP, a fim de que haja tempo suficiente para chegar a acordo sobre o orçamento de 2024, sendo este crucial visto que o NextGenerationEU já não pode ser utilizado para reforçar programas críticos da UE (nomeadamente o Horizonte Europa), como aconteceu no período compreendido entre 2021 e 2023; frisa que a redistribuição dos fundos entre os programas financeiros existentes não é uma solução viável a longo prazo e considera que uma revisão ambiciosa do QFP enviaria um sinal positivo aos cidadãos e às empresas da UE.

6. Acolhe favoravelmente a proposta da Comissão relativa à criação de uma Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP) enquanto componente orçamental da política industrial da União. Destaca que o montante solicitado pela Comissão constitui um primeiro passo na direção certa, mas não cumpre a promessa de criar um Fundo Europeu de Soberania; incentiva a Comissão a propor um novo mecanismo específico no próximo QFP. Lamenta que o financiamento da STEP provenha sobretudo do desvio de recursos de fundos existentes, sem, no entanto, atribuir apoio palpável a iniciativas importantes como o Regulamento Indústria de Impacto Zero ou o Regulamento Matérias-Primas Críticas. Afirma que esta situação compromete gravemente o valor acrescentado da STEP, pois suprime financiamento de importância primordial para o futuro da indústria e a autonomia estratégica aberta da União.

7. Realça de novo a necessidade de mobilizar financiamento adequado para todas as novas propostas legislativas que apoiam as transições energética, ambiental e digital; insiste em que as iniciativas como o Regulamento Circuitos Integrados, o Novo Bauhaus Europeu, a Conectividade Segura, o Banco Europeu do Hidrogénio e a STEP devem dispor de um orçamento adicional ou ser objeto de rubricas orçamentais inteiramente novas. Insiste na necessidade de contribuir para a disponibilidade de financiamento adequado em toda a União.

8. Recorda a importância de agilizar e promover sinergias entre todos os regimes de

financiamento da UE que apoiam os intervenientes e inovadores da indústria europeia; destaca a necessidade de fornecer informações claras e acessíveis aos potenciais candidatos; solicita que as informações sejam complementadas com apoio administrativo específico, designadamente para as PME.

9. Considera lamentáveis os cortes substanciais, no valor de 166 milhões de euros, no Horizonte Europa propostos pelo Conselho na sua posição sobre o orçamento de 2024, especialmente tendo em conta que as autorizações do NextGenerationEU só estão disponíveis até ao final de 2023 e que, por isso, não podem compensar tais cortes; realça que todos os programas que se inscrevem na esfera de competências da Comissão ITRE de importância crítica para as transições ecológica e digital, bem como para a autonomia estratégica aberta da UE, dependem fortemente do incentivo à inovação, exequível apenas mediante o financiamento sustentado a longo prazo; recorda, neste contexto, que a alteração e a reorientação contínuas do financiamento da investigação e a sua refetação a novos projetos e prioridades estratégicas, mesmo admitindo a urgência destes, comprometem os objetivos e as metas a longo prazo da UE, inclusive no que diz respeito às metas em matéria de clima e de energia.

10. Relembra as consequências negativas de um tal défice estrutural de fundos e de ambição, ilustradas pelo facto de mais de 71 % dos projetos avaliados como sendo «de excelência» no âmbito do Horizonte Europa, nos dois primeiros anos do programa, não terem podido ser financiados; reprova o conseqüente desperdício de talento; solicita um aumento do orçamento do Horizonte Europa que permita a cada subprograma financiar, pelo menos, 50 % de todas as propostas «de excelência».

11. Recorda, neste contexto, o caso específico do reforço previsto do orçamento da Comissão destinado à comunicação, no valor de 240 milhões de euros, para o período remanescente do atual QFP. Lamenta que tal iniciativa seja financiada com o desvio de fundos de programas fundamentais da União, incluindo o Horizonte Europa.

12. Salienta a importância de transitar para um sistema energético altamente eficiente e baseado nas energias renováveis, mediante o aumento da interconetividade, para reduzir a dependência energética da UE e, assim, aumentar a estabilidade e a acessibilidade dos preços da energia; salienta, além disso, a importância de investir significativamente em medidas de poupança e eficiência energética, no fortalecimento das capacidades nacionais no setor das energias renováveis, sobretudo nos Estados-Membros em atraso, e na descarbonização dos processos industriais, em consonância com a estratégia da UE para a integração setorial.

13. Recorda que os investimentos na recuperação socioeconómica após a pandemia, e face às elevadas taxas de inflação, continuam a ser cruciais; sublinha a necessidade de apoiar a transição das indústrias e dos setores em que é difícil reduzir as emissões para concretizar uma União competitiva com uma economia neutra em carbono; reitera a necessidade de realizar investimentos robustos em infraestruturas, no reforço das redes elétricas, na conectividade e na facilitação do abastecimento e do armazenamento de hidrogénio. Subscreeve o reforço do orçamento para as empresas comuns pertinentes, designadamente nos domínios do hidrogénio limpo e das tecnologias digitais essenciais, sobretudo no tocante ao apoio aos setores e às PME mais afetados pela pandemia e pelo impacto da guerra de agressão da Rússia, bem como às atividades que contribuem para a neutralidade climática.

14. Expressa preocupação com o facto de o orçamento de 2024 prever um novo financiamento específico para a indústria da defesa, mas as necessidades serem, em parte, sustentadas utilizando 300 milhões de euros do Instrumento de Flexibilidade, o que gera incerteza quanto à sustentabilidade futura do financiamento da defesa. Manifesta preocupação com a possibilidade de os futuros orçamentos da UE (2025-2027) serem adotados sem uma revisão do QFP e uma decisão sobre os «recursos próprios» da UE, hipótese essa que realça a necessidade de levar a bom termo a adoção das novas propostas relativas aos recursos próprios apresentadas pela Comissão.

15. Solicita financiamento adequado para a implementação das Academias de Indústrias de Impacto Zero e das Academias da Aliança Europeia para as Baterias; recorda a importância de dispor de uma mão de obra qualificada que contribua para as transições ecológica e digital; insiste na promoção da formação, da melhoria das competências e da requalificação.

16. Destaca a importância da participação das mulheres na ciência, na tecnologia, na engenharia e na matemática, bem como nos setores da inovação de tecnologia profunda e do capital de risco; solicita que a igualdade de género seja promovida na execução e no acompanhamento de todos os programas.

17. Solicita financiamento e pessoal adequados para todas as agências e organismos da União que operam nos domínios de intervenção da indústria, da investigação e da energia; solicita mais fundos e pessoal para a Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER) e mais 10 lugares equivalentes a tempo completo, com as correspondentes dotações suplementares, para a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA); considera lamentáveis os cortes propostos pelo Conselho nos orçamentos da ACER e da Agência da UE para o Programa Espacial (EUSPA) no exato momento em que lhes são conferidas novas atribuições relacionadas com a legislação recém-adotada.

Com os melhores cumprimentos,



Cristian-Silviu Buşoi

Presidente



Christian Ehler

Relator